



# Notas exploratórias sobre as contribuições do marxismo para o pensamento sobre a defesa brasileira

Ana Penido<sup>1</sup>, Natália Araújo<sup>2</sup>, Suzeley Kalil Mathias<sup>3</sup>

**Resumo** // Pretende-se, nestas notas exploratórias, discutir como o imperialismo se manifesta no pensamento estratégico da defesa brasileira, forçando o país a uma condição de dependência também sob esse aspecto. Para isso, a primeira parte do texto traz uma retomada das contribuições do marxismo e das teorias sobre o imperialismo para as relações internacionais. Conclui-se pela necessidade de, particularmente nos países periféricos, beber nas teorias marxistas também como um leito teórico para o pensamento sobre defesa.

**Palavras chave** // marxismo; imperialismo; defesa nacional

- 
- 1 Bolsista Capes pós-doutorado IPPRI (UNESP). Pesquisadora do Grupo de Estudos em Defesa e Segurança Internacional (Gedes, Unesp) e do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social.
  - 2 Mestre em Relações Internacionais pela USP.
  - 3 Professora da Universidade Estadual Paulista e pesquisadora do GEDES – UNESP. Pesquisadora nível 2 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

## Parte 1: As contribuições marxistas para as relações internacionais

Vivemos em um mundo inequivocamente hierárquico. Nas relações internacionais (RI), diferentes abordagens auxiliam na compreensão de como as grandes potências atuam visando a imposição da sua vontade sobre as periferias. No campo marxista, reconhece-se que os países centrais fazem uso de métodos de dominação tão amplos que são chamados de dominação do espectro total, ou do espectro amplo (Ceceña, 2016), para apontar que o imperialismo é muito mais que imposição de interesses pela força, mas também, e às vezes principalmente, é imposição por meio do colonialismo cultural, de organismos internacionais, de sanções econômicas etc.

A interpretação marxista, todavia, não faz parte do *mainstream* dos estudos internacionais, sendo este dividido entre a chamada escola realista e a escola idealista (ou liberal). Parte da explicação para o espaço periférico ocupado pelo marxismo nas RI está na gênese da disciplina. As RI nascem nas Universidades britânicas e estadunidenses logo após a I Guerra Mundial, como um esforço de interpretação das relações políticas travadas entre os Estados. Por sua vez, a teoria marxista surge e se desenvolve desde organizações socialistas e comunistas, como as que abrigaram Karl Marx e Friedrich Engels, e dá destaque à análise da economia política. Uma segunda questão relevante é que a teoria marxista não trabalha com uma distinção muito rígida entre a ordem internacional e a dinâmica nacional, tal qual as interpretações realistas e liberais. Dado os limites deste artigo para estudar o tema proposto, faremos algumas comparações entre marxismo e realismo, deixando para outra oportunidade a escola liberal.

Para Bobbio (1979; 1988), não existe uma teoria marxista de RI, pois o marxismo toma como seu objeto a transformação das relações de produção que, em termos políticos estritos, implica na compreensão e promoção da revolução. Já as RI têm, como razão de ser enquanto disciplina, a compreensão das dinâmicas de guerra e paz entre as nações. Outro aspecto levantado por Bobbio são as formulações leninistas sobre o imperialismo, consideradas reducionistas pelo autor em virtude do seu foco na economia política.

Ao contrário do filósofo italiano, entendemos que uma teoria só é completa quando aponta para as transformações da realidade que ela visa explicar. Assim, entendemos que a força do marxismo enquanto teoria está justamente na proposta de ruptura revolucionária do sistema de produção capitalista. Além disso,

entendemos o marxismo não apenas como uma teoria econômica, mas uma teoria da história, da política e da sociedade, constituindo um método de análise também das relações internacionais.

Nesse instrumental aberto, o marxismo conjuga a análise econômica com a análise da estrutura jurídico-política e das ideologias atuantes. Essa junção permite pensar tanto a reprodução das relações sociais em suas distintas esferas (econômica, política e ideológica), como também as formas de superação dessas estruturas por ação dos agentes – as classes sociais e suas organizações políticas (BERRINGER, 2014b, p. 434).

Por outro lado, o marxismo e o realismo convergem, por exemplo, no peso que conferem ao papel do Estado. Essa questão é particularmente relevante no momento atual, quando, em virtude da globalização, segmentos passaram a defender o declínio estatal frente à ascensão de atores não-estatais, que garantem o concerto do mundo por meio de órgãos de governança dos regimes internacionais (HABERMAS, 2001; HARDT e NEGRI, 2001).

O Estado, entretanto, é compreendido pelo realismo como forma de distinção entre as esferas doméstica e internacional, usando a descrição do que ocorre no ambiente nacional como um padrão comparativo para pensar a arena internacional (Berringer, 2014a). Nesse sentido, o ambiente nacional aparece como um espaço de paz social, mantido pelo Soberano e seu respectivo aparato coercitivo centralizado, enquanto no ambiente externo reinaria a anarquia da luta de todos contra todos, sem um poder central organizativo. O Estado para o realismo é um ator unitário e racional, que age orientado pela defesa do interesse nacional, que é, em última instância, sua própria sobrevivência (NOGUEIRA e MESSARI, 2005).

Amaral (2007) aponta que, para além de observar a distribuição de poder entre os Estados no sistema internacional, foco do realismo, é necessário observar o que determina tal poder internamente. Ao não fazê-lo, o realismo se comportaria como uma máscara, podendo por isso ser enquadrado como uma ideologia burguesa. Ou seja, no Estado capitalista, as relações de produção e as relações de dominação decorrentes do modo de produção são sustentadas pela estrutura jurídico-política materializada no Direito e na burocracia. Reunidas no corpo político da nação, teoricamente iguais, as pessoas deixam de se ver como classes sociais em conflito. A teoria marxista sobre o Estado, como pode ser visto em Poulantzas

(1977;1978), chama a atenção justamente para essa falsa homogeneidade do Estado, pois ela na verdade serve como instrumento para ocultar os conflitos de classe existentes.

Outro ponto de contato entre as teorias realista e marxista está em que ambas apontam o papel do Estado como mantenedor do *status quo*. Porém, a forma de classificar tal manutenção é irreconciliável entre uma e outra teoria. Se para o realismo o Estado é elemento de manutenção da paz, porque avalia o Estado como aquele corpo social identificado com a nação e, portanto, fonte de proteção dos interesses nacionais contra agressões externas e de manutenção da ordem interna – as duas dimensões da soberania apontadas por Bobbio (2004) –, para o marxismo, os cidadãos se veem como parte de um mesmo corpo nacional não porque isso corresponda ao interesse genuíno de todas as pessoas de determinada formação social, mas porque os interesses das classes dominantes são apresentados como interesses gerais, ou seja, o Estado é sujeito e predicado da ideologia (Poulantzas, 1977).

Em ambas as teorias os conflitos são inerentes à própria formação do Estado e, por isso, elas reconhecem que o emprego da força pelo Estado é sempre parcial, favorecendo a manutenção do *status quo*. No entanto, para o realismo, no âmbito interno, o Estado funciona como árbitro desses conflitos, garantindo a continuidade daquela formação social. Já o marxismo revela que ao exercer sua função de garantidor da ordem social, o Estado oblitera os conflitos entre as classes, utilizando suas instituições para organizar as classes dominantes e desorganizar as classes dominadas (MARX, 2011).

Também na análise da arena internacional, as duas teorias consideram o caráter conflituoso da política. A diferença é que, para os marxistas, os conflitos são inerentes à sociedade dividida em classes sociais em virtude da natureza inconciliável de seus interesses e aspirações. Já para o realismo, a gênese dos conflitos interestatais repousa no fato de os Estados interagirem em um ambiente anárquico, sem uma autoridade central que ordene a busca por poder (VIGEVANI et al, 2011).

Em virtude da sua leitura sobre conflitos, o leito teórico marxista é particularmente rico para pensar as revoluções de libertação nacional. Prashad (2020) resgata um artigo em que Lenin caracteriza a Europa como atrasada, uma vez que sua burguesia nacional, nascida das revoluções que pôs fim ao feudalismo, se corrompeu pelos ganhos do imperialismo, enquanto na Ásia crescia o movimento dos trabalhadores. Assim, “[para] Lênin, as lutas democráticas anticoloniais

elevaram-se à paridade com as lutas proletárias dentro dos Estados industriais avançados; era o sinônimo internacional da sua teoria da aliança operário-campesina (PRASHAD, 2020).

No que se refere à definição da política externa de um Estado (executada por meio da diplomacia ou das armas), também há divergências e convergências entre as teorias aqui tratadas. Para os realistas, o objetivo da política externa é defender o interesse nacional, necessitando desenvolver o poder estatal em três estratégias. A primeira delas é o imperialismo, empregada quando há a intenção de aumentar o poder no sistema internacional. A segunda é a manutenção do *status quo*, visando conservar a distribuição atual de poder ou revisá-la para que o país volte à posição outrora ocupada. A terceira tem por objetivo demonstrar poder, caracterizando-se por uma política de prestígio e de exibições simbólicas. Nesse caso, o interesse nacional representa o consenso da nação (BERRINGER, 2014b).

Para o marxismo, qualquer política que aparente representar o “interesse geral da nação” representa, na realidade, os interesses do bloco no poder (ALMEIDA, 2019). A fração hegemônica do bloco no poder tende a fazer seus interesses prevalecerem na política externa e na política de defesa, assim como o faz nas demais políticas estatais. A depender da orientação político-ideológica da fração hegemônica, ela pode representar ou facilitar os interesses do capital imperialista no âmbito doméstico. Assim, em virtude da internacionalização do capital, “esses Estados encarregam-se, eles próprios, dos interesses do capital imperialista dominante no seu desenvolvimento no próprio seio da formação ‘nacional’” (HERNANDEZ e BUGIATO, 2014, pp. 14 e 15).

Para Lênin (2011), o imperialismo possui cinco traços fundamentais: (i) a concentração do capital criou monopólios que cumprem um papel decisivo no capitalismo atual; (ii) o capital financeiro é a fusão do capital industrial e do capital bancário, sendo ambos os tipos de caráter monopolista; (iii) a exportação de capitais adquire uma importância crescente em relação à exportação de mercadorias; (iv) a exportação de capitais envolve a partilha do mundo entre as associações internacionais monopolistas; (v) essa partilha não acontece somente entre as associações de capital, mas envolve a partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas.

De acordo com Poulantzas, a trajetória do imperialismo pode ser dividida em três fases: 1) do fim do século XIX ao período entre guerras, em que ocorre a transição do estágio competitivo do capitalismo para o estágio imperialista; 2) do período entre guerras até o fim da Segunda Guerra Mundial, quando ocorre a

consolidação do estágio imperialista; 3) fase atual, que foi se estabelecendo desde o fim da Guerra Fria.

Uma característica importante dessa terceira fase é que as relações entre as metrópoles e as formações dominadas deixaram de se assemelhar à divisão campo-cidade. Nesse sentido, o modo de produção capitalista metropolitano inseriu-se nas formações dependentes, e “esta reprodução induzida do modo de produção capitalista estendeu-se ao domínio de seus aparelhos de Estados e de suas formas ideológicas” (ALMEIDA, 2019, p. 206).

Diante da crise econômica e de hegemonia atual, e em especial após a eleição de Donald Trump, os EUA adotaram um tom ainda mais agressivo e uma nova ofensiva global ou, na definição de Prashad (2018), um “novo imperialismo” caracterizado pela intensa e voraz apropriação dos bens comuns da natureza, convertendo-se em uma competição exasperada pelos territórios e bens naturais. Para o autor, o Imperialismo do século XXI caracteriza-se ainda por preservar os EUA e seus aliados como eixo central; impedir a emergência de qualquer sistema alternativo de alianças; garantir a confiança nos EUA e manter sua autoimagem de “o primeiro entre os pares”; proteger a cadeia global de *commodities* e seu fluxo para as corporações transnacionais; garantir o acesso a baixo custo das riquezas da natureza que se encontram no Sul Global; e preservar o poder financeiro do Norte Global, por meio da manutenção do padrão dólar nas relações comerciais internacionais.

## Parte 2: A interferência imperialista no pensamento estratégico em defesa

Heredia (2003) aponta a imbricação entre diferentes âmbitos na ofensiva imperialista. “Para alcançar objetivos econômicos, os imperialistas realizam ações militares e políticas; para alcançar objetivos políticos, realizam ações econômicas; para enganar o mundo todo utilizam seus meios de comunicação, com o objetivo de conseguir o apoio à sua estratégia militar, política ou econômica”.

A essa imbricação, autores como Ana Esther Ceceña e Muniz Bandeira dão o nome de “*Domínio do Espectro Total*”, ou “*Domínio no Espectro Completo*”. Segundo Ceceña (2016), a pretensão estadunidense consiste em controlar, nada mais e nada menos, do que os céus, mares, terra e subsolo, em todos os lugares do mundo. Para concretizar esta ambição, visa dominar não territorialmente,

mas culturalmente (tornando o *american way of life* um sonho para os povos do mundo), economicamente (impondo o neoliberalismo e suas reformas) e militarmente (por meio de bases físicas ou da exportação da doutrina estadunidense para os demais países). Dessa multiplicidade de dimensões vem a grande estratégia<sup>4</sup> dos EUA.

Em geral, a questão do imperialismo na área de defesa é pensada sob o viés do domínio militar. Nesse sentido, é nítida a superioridade dos meios (equipamentos e infraestruturas em geral) estadunidenses diante do restante do mundo. Mas nesse texto, acompanhando as provações feitas por Saint-Pierre (2011) sobre como as racionalidades e estratégias não são neutras, e sim guardam interesses das classes dominantes de Estados nacionais, exploramos como o imperialismo se manifesta na defesa por meio do colonialismo cultural e epistêmico do pensamento estratégico. A metrópole exige dos pensadores da periferia uma presumida neutralidade que obscurece a necessidade da construção de um pensamento na, e desde a, periferia, e isso vale para todas as dimensões de um projeto soberano, democrático e popular, da saúde à política de defesa.

Os EUA vem sendo derrotados militarmente nas últimas décadas, mas ainda assim mantém sua hegemonia militar na América Latina, construindo ações de cooperação, treinamento, formações militares e outras maneiras de cooptação das forças armadas locais para uma posição de subordinação aos EUA, ou nas palavras de Saint-Pierre (2019), temos forças armadas para atender aos interesses norte-americanos.

Como substrato para essa subordinação, existe a dependência estratégica. Os EUA convenceram o mundo de que a melhor estratégia de defesa para um país é o investimento dos recursos nacionais na quantidade e na atualidade dos armamentos. Para si mesmos, eles não levam essa indicação ao pé da letra, mas a venda dessa ideia para o restante do mundo é fundamental para a sua economia. Assim, países com poucos recursos para investir seguem apostando em uma estratégia de defesa baseada no investimento intensivo de capitais, e não numa estratégia de ‘povo intensiva’ (mobilização massiva de cidadãos nacionais), como

---

4 Liddell Hart chama de grande estratégia aquela capaz de coordenar todos os recursos da nação para a conquista do objeto político da guerra, este, por sua vez, definido pela política. Paul Kennedy estendeu esse raciocínio não apenas para as políticas de tempos de guerra, mas também para as políticas em tempos de paz. Sebastião Velasco e Cruz pontua que a grande estratégia não é produto de planos abrangentes e bem elaborados. Na realidade, a ação política ocorre em condições e circunstâncias que não foram escolhidas por ninguém e lida com efeitos não antecipados de decisões anteriores.

aquela adotada por países que venceram os EUA, como o Vietnã. Wendt e Barnett (1993) apontam essa questão como um dos fundamentos para a manutenção da dependência no terceiro mundo. Resumidamente, significa afirmar que os países dependentes apostaram em uma postura militar alicerçada em exércitos convencionais, nos quais a capacidade militar é baseada principalmente em “capital” físico e humano (armas e sistemas avançados, soldados altamente profissionalizados e muitos recursos, algo pouco disponível em países de periferia), ao invés de exércitos populares, não convencionais, nos quais a capacidade é baseada mais no ‘trabalho’ (como na mobilização em massa de milícias).

Esclarecemos que essa subordinação estratégica não ocorreu por uma imposição de força, mas porque as grandes potências obtiveram sucesso ao erguer um conjunto de crenças/ações com as quais colonizaram o pensamento estratégico do Sul, quais sejam:

1. crença de que a absoluta superioridade de meios garante vitórias;
2. fomento ao fetiche da tecnologia na área militar, sob falsa alegação de que ela trará vitórias ou de que seu uso será dual;
3. imposição de metas orçamentárias a serem gastas com a indústria de defesa incompatíveis com as necessidades de desenvolvimento locais, aprofundando nossa dependência (SILVA, 2018);
4. transformação das forças armadas latino-americanas em forças policiais, empregadas na repressão às classes populares;
5. manutenção ou construção de bases militares físicas.

O arcabouço teórico das relações civis-militares, particularmente sobre profissionalização, cumpre o mesmo papel de aprofundar a dependência. O debate apresentado pela literatura clássica do tema (ANDRESKI, 1968; HUNTINGTON, 1996; JANOWITZ, 1964; FINER, 2002; PERLMUTTER, 1977) e mesmo alguns intérpretes sobre o tema no Brasil (STEPAN, 1975; COELHO, 2000; CARVALHO, 2005; OLIVEIROS FERREIRA, 1988; 2000; RIZZO DE OLIVEIRA, 1976; 1994; QUARTIM DE MORAES, 1987) direcionam suas formulações para o almejado controle civil, apresentando uma multiplicidade de enunciados sobre os possíveis papéis adotados pelos militares na periferia. Dentre

eles, destacamos: (i) os militares são força estabilizadora e, assim, existindo acima dos conflitos e da política, atuam como árbitro ou como poder moderador; (ii) os militares são forças tutelares, adotando um papel tutelar, de forma pontual ou duradoura, se situando acima da política; (iii) os militares são instrumento repressivo da classe economicamente dominante sobre as outras, ou como expressão dos desejos da classe média, de onde seriam advindas; (iv) os militares são corporação, agindo como um partido militar, com pautas e reivindicações corporativas; (v) as forças armadas são “desempregadas” ou “órfãs” de reconhecimento civil e, por isso, procuram justificar sua baixa aplicação em caso de ameaças externas com uma alta aplicação interna; (vi) militar é uma profissão responsável por uma política pública que é a defesa do Estado, mantendo com ele uma relação burocrática; (vii) as forças armadas são uma instituição total, insulada do mundo civil<sup>5</sup>. Concordamos que muitos desses papéis são de fato executados, mas aqui desejamos explorar os interesses internacionais (sem detrimento dos fatores domésticos) embutidos na atribuição desses elementos.

Recentemente, um grupo de autores trouxe novas ideias sobre as relações civis-militares (BRUNEAU; MATEI, 2013; OLMEDA, 2013; PION-BERLIN, 2014; MARES; MARTÍNEZ, 2014; FLOREZ; 2010; DIAMINT, 2014), apresentando as seguintes questões para o debate: (i) a necessidade de as discussões sobre o controle civil englobarem a verificação da efetividade e eficiência das Instituições militares; (ii) a separação entre as áreas de autonomia institucional das áreas de autonomia política das forças armadas, estão mais sujeitas ao controle civil do que as primeiras; (iii) os múltiplos papéis sociais e funções em que as forças armadas são utilizadas e a intersecção entre suas funções e de outras forças de segurança; (iv) as mudanças na identidade dos jovens oficiais que hoje escolhem a carreira; (v) a lógica de que a supremacia civil não é moral ou intelectual, mas processual, daquele eleito democraticamente sobre todos, em que o termo controle público seria mais adequado.

Nas abordagens citadas, embora fique clara a influência externa sobre a área de defesa brasileira, a profissionalização é vista como um objetivo positivo, capaz, por diversas vezes, de distanciar os militares da arena política, portanto, de melhorar o controle civil. A profissionalização militar é o processo através do qual comportamentos e sociabilidades, expertises técnicas e operacionais, modos de emprego e organização da força, são incorporados pelas forças armadas, especialmente por

---

5 Os termos “forças armadas” é empregado aqui para fazer referência à instituição, enquanto a palavra “militares” é utilizada para fazer alusão a indivíduos ou grupos, mas não à instituição.

meio das suas atividades educacionais. Ao observar a experiência histórica do Sul Global, percebe-se um fenômeno inverso: momentos de maior profissionalização foram acompanhados pela maior participação militar na política. Partindo de uma autopercepção castrense de superioridade técnica e moral diante de civis, as intervenções tomaram múltiplas formas, sendo a mais espetacular delas os golpes de força.

A profissionalização militar nos países do Sul Global foi conduzida pelos países centrais por missões militares que, sob o mote da modernização tecnológica, produziram e reproduziram o colonialismo. Portanto, argumentamos que a profissionalização viabilizou a dependência estratégica dos países do Sul, pois reforçou o colonialismo epistemológico e prático nas forças armadas. Adotou-se o preparo para uma estratégia de defesa nacional formulada internamente pelos segmentos militares, mas sob forte influência exógena. Nessa estratégia, cabe às forças armadas dos países do Sul a já histórica profissionalização direcionada para o controle interno, cumprindo missões policiais, atuando apenas como uma força auxiliar estadunidense no cenário global.

Dado que as instituições militares possuem praticamente o monopólio sobre a formulação da política de defesa em países como o Brasil, a discussão do controle civil precisa ser repensada, pois nos parece insuficiente fomentar um controle jurídico-procedimental quando a colonização epistêmica está sedimentada. Nesse sentido, a educação dos militares precisa ser repensada como *locus* de reprodução simbólico, vetor de autonomia interna e de manutenção da dependência externa. Entretanto, o mesmo se aplica aos civis, pois reflete-se aqui sobre novos marcos teóricos para um pensamento autônomo sobre a defesa nacional.

Além da questão colonial, esse entrave teórico do pensamento sobre as relações civis-militares tem relação com o conceito de democracia, vista majoritariamente pelos estudiosos das relações civis-militares como a adoção de procedimentos institucionais de controle civil (Dahl, 1997), o que leva a afirmações de que regimes como o brasileiro e o boliviano primam pelo controle civil dos militares, quando a realidade aponta para a enorme autonomia que essas instituições gozam diante do Estado (Penido, Rodrigues, Mathias, 2020). A visão de excepcionalidade dos militares, ancorada em uma dinâmica do manejo de recursos materiais estranho à realidade local, serviu de esteio à intervenção sobre a política, de modo a tornar viável um determinado ordenamento socioeconômico cujo significado era, e continua sendo, a reprodução da dependência, ainda que matizada ou sob vestes de autonomia e/ou nacionalismo.

Trazer a democracia para a discussão sobre soberania provoca uma nova dimensão, a de se pensar uma política de defesa soberana e popular. Em última instância, soberania pode ser entendida como autonomia decisória, isto é, não ter constrangimentos externos no processo de tomada de decisão (Jaguaribe, 1979). Por sua vez, povo soberano diz respeito ao povo que decide no interior do território do Estado nacional. Soberania Popular é o poder do povo para protagonizar os rumos da construção da capacidade de autonomia decisória do Estado nacional (Penido, Carolina, 2020). Essa perspectiva é especialmente importante em países como o Brasil, cujo movimento de independência contou com pouca espessura social, ou seja, uma baixa participação do povo na formação do Estado-Nação.

Apenas com soberania popular é possível construir uma política de defesa nacional e autônoma, capaz de fazer frente às diversas estratégias adotadas pelo imperialismo praticado por grandes potências. Por isso, particularmente nos países periféricos, a teoria marxista serve como esteio para o pensamento decolonial. Entretanto, essas formulações precisam ser ampliadas das áreas a que tradicionalmente se dedicam, como economia e organização social, para pensar também a defesa nacional e seu principal instrumento, as forças armadas.

## Considerações finais

Buscou-se apontar neste texto como a teoria marxista é um leito fértil para pensar as relações internacionais, em geral, e a estratégia de defesa, em específico. Para além de subsidiar a reflexão sobre o imperialismo e sobre as relações assimétricas entre os povos, as formulações marxistas apontam para a necessidade dos povos do Sul se engajarem nos seus processos de libertação nacional de forma ampla. Assim, é necessário descolonizar, antes de mais nada, o pensamento.

Por isso, a segunda parte do texto prospecta motivos para a dependência estratégica brasileira em defesa, fugindo da argumentação majoritária de que nossa insuficiência na área é decorrente da falta de equipamentos. Nesse sentido, argumentou-se que a demanda de modernização das forças armadas brasileiras levada a cabo com missões externas para a sua profissionalização, na verdade aprofundou a dependência e o colonialismo epistêmico e prático nas forças armadas que se manifesta, por exemplo, com o crescimento da sua participação política.

Algumas provocações sobre um pensamento estratégico autônomo foram feitas, à luz da necessidade de construção de uma soberania popular. Acreditamos que um povo que percebe que seu país lhe proporciona uma vida boa, é também

aquele que se engaja na defesa da sua soberania diante de ataques externos. Não se defende aquilo que não se sente, que não se tem pertença. Um Estado que se torna inimigo de seu povo, caçando sua soberania para entregá-la a um terceiro, rompeu o contrato original: já não é mais Estado, é só um estado de servidão que capturou a nação.



## Referências bibliográficas

ALMEIDA, L. F. R. Burguesia nacional e burguesia interna: elementos para a análise da atual fase do imperialismo. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.23 n.42, p.204-219, jan./jun. 2019.

AMARAL, Oswaldo E. do. O conceito de bloco no poder e o estudo das relações internacionais. *Cadernos Cemarx*, Campinas, v. 4, p. 125-135, 2007.

ANDRESKI, Stanislav. *Military organization and society*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1968.

BERRINGER, Tatiana. Nicos Poulantzas e os estudos de relações internacionais. *Quaestio Iuris*, Rio de Janeiro, v. 07, n. 02, p. 433-452, 2014a.

\_\_\_\_\_. Bloco no Poder e política externa nos governos FHC e Lula. 241 f. Tese (Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014b.

BOBBIO, Norberto. Existe uma doutrina marxista do Estado? In: BOBBIO, Norberto et al. *O Marxismo e o Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. As relações internacionais e o marxismo. In: *Ensaios escolhidos*. São Paulo: C.H. Cardim, 1988, p. 109-126.

\_\_\_\_\_. *Dicionário de política*. Brasília: editora UNB, 2004.

BRUNEAU, Thomas; MATEI, Florinda (orgs). *The Routledge Handbook of Civil-Military Relations*. Routledge, 2013.

CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CECEÑA, Ana Esther. La dominación de espectro completo sobre América. *Revista Novos Rumos*, v. 53, n. 2, 2016.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

DAHL, Robert. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: USP, 1997.

DIAMINT, Rut. Latin America and the Military Question Reexamined. In: MARES, David; MARTÍNEZ, Rafael (org.). *Debating civil: military relations in Latin America*. Chicago: Sussex Academic Press, 2014.

FERREIRA, Oliveiros S. Vida e Morte do Partido Fardado. Editora Senac, 2000.

FINER, Samuel. The man on horseback. Caps. 1, 2, 3. New Brunswick and London: Transaction Publishers, 2002.

FLOREZ, José Miguel. Qué militares, para qué escenarios: la formación militar em la agenda de la gobernabilidad. Sistemas de Enseñanza Militar y educación para la defensa em Iberoamerica, Madrid, p.133-155, 2010.

HABERMAS, Jürgen. A constelação pós-nacional. São Paulo: Littera Mundi, 2001

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Império. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HEREDIA, Fernando. A estratégia política do imperialismo. In: Seminário Estratégias do Imperialismo na América Latina e Caribe. CEPIS, abril de 2007.

HERNANDEZ, Matheus de Carvalho; BUGIATO, Caio. Marxismo, Poulantzas e suas contribuições para o campo de Relações Internacionais. 38o Encontro Anual da Anpocs, GT20 - Marxismo e Ciências Sociais, 2014.

HUNTINGTON, Samuel P. O Soldado e o Estado. Introdução e caps. 1 a 4. Rio de Janeiro, Bibliex, 1996.

JAGUARIBE, Helio. Autonomía periférica y hegemonía céntrica. Estudios Internacionales, ano 12, vol. 46, 1979.

JANOWITZ, Morris. The military in the political development of new nations: an essay in comparative analysis. Chicago, Chicago University Press, 1964.

LÊNIN, V. I. O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo. Campinas: Unicamp, 2011.

MARES, David; MARTÍNEZ, Rafael (org.). Debating civil-military relations in Latin America. Chicago: Sussex Academic Press, 2014.

MARX, Karl. O 18 de brumário de Luis Bonaparte. São Paulo: Boitempo editorial, 2011.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OLMEDA, José. Escape from Huntington's labyrinth: civil-military relations and comparative politics. In: BRUNEAU, Thomas; MATEI, Florina (orgs.). The Routledge handbook of civil-military relations. London/New York: Routledge, 2013.

PERLMUTTER, Amos. The military and politics in modern times. New Haven and London, Yale University Press, 1977.

PION-BERLIN, David. Latin American civil-military relations: what progress has been made? In: MARES, David; MARTÍNEZ, Rafael (org.). Debating civil-military relations in Latin America. Chicago: Sussex Academic Press, 2014.

POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1977.

\_\_\_\_\_. Classes sociais no capitalismo de hoje. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

QUARTIM, COSTA e OLIVEIRA. A tutela militar. Edições Vértice, 1987.

ROUQUIÉ, Alain (org.). Os partidos militares no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1992.

PENIDO, Ana; CAROLINO, Olívia. Soberania popular em três tempos. Instituto Tricontinental, 2020.

PENIDO, Ana; RODRIGUES, Jorge; MATHIAS, Suzeley. As forças armadas no governo Bolsonaro. Instituto Tricontinental, 2020.

PRASHAD, Vijay. Ruínas do presente. Instituto Tricontinental de Pesquisa social, 2018.

PRASHAD, Vijay. O Lenin Internacionalista: autodeterminação e anticolonialismo. Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate. Salvador, v. 12, n. 2, p. 6-20, out. 2020.

SAINT-PIERRE, H.L. “Defesa” ou “Segurança”? Reflexões em torno de conceitos e ideologias. Contexto Internacional, Brasília, v. 33, n. 2, p. 407-433, 2011.

SAINT-PIERRE, Hector. (2019), entrevista “*Temos forças armadas para defender os interesses dos EUA*” ao Jornal Brasil de Fato. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2019/10/26/temos-forcas-armadas-para-defender-os-interesses-dos-eua-aponta-pesquisador>

SILVA, Diego Lopes da. Armas, Capital e Dependência: Um Estudo sobre a Militarização na América do Sul. Tese de Doutorado. UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas. São Paulo, 2018.

STEPAN, Alfred. Os militares na política. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

VIGEVANI, Tullo, et. al. A contribuição marxista para o estudo das Relações Internacionais. Lua Nova, n.83, 111-143, 2011. WENDT, A., BARNETT, M. Dependent state formation and Third World militarization. Review of International Studies, n.19, p. 321-347, 1993.